



16 realizada no dia 06 de fevereiro de 2018. Após apreciação dos senhores conselheiros, a  
17 ata foi aprovada por unanimidade.

18  
19 Com relação ao próximo item da pauta: Aprovação do Relatório das Atividades da Auditoria  
20 Interna – RAIN'T 2017, a Sra. Presidente lembrou que o material foi encaminhado aos  
21 senhores conselheiros por e-mail e está presente à reunião, o Sr. Benedito, Auditor Chefe,  
22 para esclarecimento de quaisquer dúvidas relativas ao RAIN'T.

23  
24 O conselheiro Admilson, após análise do relatório, passou a relacionar algumas dúvidas  
25 referentes a problemas constatados pela Auditoria Interna, citando as páginas 11 e 29 do  
26 relatório, as quais relatam alguns problemas referentes a furto de equipamentos de  
27 informática, que se encontrava em situação de descarte e alocados no Escritório de  
28 Representação de Campinas, sendo recomendada pela Auditoria Interna, a abertura de  
29 processo para averiguar responsabilidades.

30  
31 O Sr. Benedito esclareceu que, com relação ao furto de bens no Escritório de Representação  
32 de Campinas, a administração lavrou um Boletim de Ocorrência e procedeu à instauração de  
33 um Processo Administrativo Disciplinar, para apuração de responsabilidades.

34  
35 O conselheiro Admilson pergunta se os bens furtados eram de pequena monta e se estavam  
36 classificados como inservíveis.

37  
38 O Sr. Benedito esclareceu que alguns computadores estavam classificados como inservíveis e  
39 os demais bens, um Datashow e uma máquina fotográfica, se encontravam em boas  
40 condições.

41  
42 O conselheiro Admilson, mencionando as páginas 13 e 14 do relatório, referentes à área de  
43 Serviço de Administração de Pessoal e, pelo fato do texto estar muito sintético, solicita  
44 esclarecimentos sobre qual seria o reconhecimento pleiteado pela servidora, que comprovou  
45 a carga horária necessária para obtenção de seu direito, todavia não preencheu os demais  
46 requisitos necessários.

47  
48 O Sr. Benedito esclareceu se tratar de concessão de Gratificação de Qualificação – GQ à  
49 servidora que comprovou a carga horária necessária, porém, à época da solicitação para  
50 concessão da gratificação, se encontrava aposentada e não teria direito, pelo fato de sua  
51 aposentadoria ser proporcional. Esclareceu, também, que a Comissão Interna da  
52 FUNDACENTRO, a qual avalia os pedidos para concessão de gratificações, avaliou que a  
53 servidora teria direito ao benefício, sendo que não chegou a receber, pois a auditoria realizou  
54 o apontamento e o processo retornou para a Comissão que, em novo entendimento,  
55 concordou com o parecer da auditoria.

56  
57 A conselheira Eva relatou ter apontado à mesma questão levantada pelo conselheiro  
58 Admilson e que seria interessante uma explanação melhor, pois o texto está um pouco  
59 confuso, sendo que foi apresentado um problema, apontado que não seria necessária  
60 nenhuma consideração, mas não consta a conclusão do porque não houve necessidade de  
61 nenhuma recomendação e que, após esclarecimentos do Sr. Benedito, a questão ficou clara.

62  
63 A Sra. Cristina, da Coordenação de Recursos Humanos - CRH esclareceu que, com relação  
64 ao processo citado pelo Sr. Benedito, como restaram dúvidas nas interpretações, a CRH  
65 encaminhou o processo aos Ministérios do Trabalho e do Planejamento, Desenvolvimento e  
66 Gestão, constando parecer técnico da área de pessoal, o qual retornou à instituição com a  
67 informação de que a servidora teria direito ao recebimento da gratificação, sendo, inclusive,

68 revogada uma portaria anterior, para que seja concedido o direito à servidora, sendo que o  
69 processo se encontra em fase de pagamento.  
70

71 O Sr. Benedito informou desconhecer o parecer recebido pela CRH e pergunta quando a CRH  
72 tomou conhecimento da posição do Ministério do Trabalho, obtendo como resposta que no  
73 ano vigente. Concluindo, o Sr. Benedito informou que o relatório é referente ao ano de 2017  
74 e que a informação será corrigida no RAINT 2018.  
75

76 O conselheiro Admilson, se referindo as páginas 16 e 17 do relatório, notou que o Centro  
77 Regional de Pernambuco está com dificuldades ou com falta de informações para realizar os  
78 serviços adequadamente e solicita detalhamentos sobre o que está ocorrendo na Unidade,  
79 pois a Auditoria Interna cita que a situação vivenciada no Centro Regional de Pernambuco é  
80 reincidente, por já constar no RAINT relativo ao ano de 2014.  
81

82 O Sr. Benedito esclareceu que em 2014, logo após o trabalho de auditoria realizado na  
83 regional, houve uma troca de chefia e a área administrativa da unidade informou não ter  
84 atentado ao relatório da auditoria e, por esse motivo, várias recomendações constantes no  
85 relatório de 2014 não foram acatadas e permaneceram em 2017.  
86

87 O conselheiro Admilson pergunta se a mesma equipe continua cuidando da parte licitatória,  
88 obtendo a confirmação por parte do Sr. Benedito. Complementando, notou a falta de um  
89 acompanhamento e, se referindo aos apontamentos constantes do Relatório de Auditoria de  
90 2016, pergunta se todos foram sanados ou restaram pendências a serem saneadas.  
91

92 O Sr. Benedito esclareceu que, com relação ao monitoramento das recomendações, a  
93 Auditoria não conta com servidores para realizarem um acompanhamento de forma mais  
94 incisiva e que, em 2017, através do Relatório 02, a Auditoria iniciou um monitoramento das  
95 recomendações, mas, por falta de servidores, não foi possível dar continuidade ao trabalho.  
96

97 O conselheiro Admilson, se referindo a um apontamento constante a página 18, informou  
98 que o Ministério do Trabalho e a FUNDACENTRO ficam em uma situação um pouco  
99 constrangedora, pois se constatou uma falta de monitoramento, a qual culminou com um  
100 prestador de serviços recebendo a fatura sem comprovação da regularidade trabalhista e  
101 pergunta o que é necessário para sanear o problema.  
102

103 O Sr. Benedito esclareceu que a constatação é relacionada à fiscalização de contrato e, no  
104 edital, vinculou-se a uma conta única, sendo que a FUNDACENTRO não efetuou a retenção  
105 para realizar o depósito na conta vinculada, referente a encargos dos contratos e a empresa  
106 deixou de recolher o INSS de alguns funcionários. Esclareceu também que a situação já foi  
107 corrigida.  
108

109 O conselheiro Admilson pergunta se os fiscais de contratos foram orientados e esclarecidos  
110 sobre o monitoramento, para que sejam resguardados os direitos trabalhistas contratuais.  
111

112 O Sr. Benedito esclareceu que foi ministrado um curso para os fiscais de contratos e o  
113 assunto provavelmente foi comentado durante o curso.  
114

115 A Sra. Leonice, complementando as informações prestadas pelo Sr. Benedito, esclareceu que  
116 a administração tem se reunido com todos os fiscais de todos os contratos, justamente com  
117 o intuito de amenizar os problemas que a entidade vem enfrentando referentes a um  
118 passado distante.

119 O Sr. Admilson, se referindo a questão citada sobre a empresa Vip Sul Construções,  
120 pergunta o que ocorreu e se a empresa pleiteou reajuste de contrato e se foi realizada uma  
121 avaliação sobre o alegado, referente a acréscimo de custos e a um crédito a favor da empresa  
122 e contra a FUNDACENTRO.

123  
124 O Sr. Benedito esclareceu que a empresa requereu a repactuação e se iniciou um processo  
125 demorado para verificar se a empresa teria ou não direito a concessão da repactuação.

126  
127 O conselheiro Admilson pergunta se o pedido de repactuação foi feito em vista do acordo  
128 firmado e se foi mensurado o impacto do acordo coletivo no contrato.

129  
130 O Sr. Romualdo, da Coordenação de Administração, esclarecendo ao conselheiro Admilson,  
131 informou que foi realizada a avaliação do valor a ser repactuado, mas como existe um valor a  
132 ser descontado, de um pagamento indevido referente a ano anterior, o qual ainda não foi  
133 liberado à empresa, em razão da FUNDACENTRO estar verificando a diferença a ser abatida  
134 e, também, que a empresa está ciente do valor pago a maior, concordando com o desconto  
135 na repactuação, sendo que o processo está em finalização de trâmites e será encaminhado à  
136 Procuradoria Federal para emissão de parecer, para que a FUNDACENTRO fique  
137 resguardada legalmente.

138  
139 O conselheiro Admilson, continuando suas observações, cita constar na página 38 uma  
140 Recomendação da Controladoria Geral da União, de nº 130583, para que o gestor  
141 instaurasse procedimento administrativo para apurar responsabilidades na condução de  
142 processo licitatório para contratação da empresa Alerta Security, que gerou um valor a rever,  
143 sendo que o mesmo foi ressarcido, mas, até e elaboração do relatório, não havia sido  
144 instaurada comissão de procedimento administrativo.

145  
146 O Sr. Benedito esclareceu que a questão foi detectada em 2014, por auditoria externa, sendo  
147 que a FUNDACENTRO instaurou uma Comissão de Sindicância que concluiu pelo  
148 arquivamento do processo. Esclareceu também existir uma diferença do valor ressarcido,  
149 detectada pela Controladoria Geral da União, a qual consta em sua última avaliação do  
150 Plano de Providências Permanente.

151  
152 O conselheiro Admilson, concluindo suas observações, sugeriu que a FUNDACENTRO  
153 retome o que foi combinado no ano passado, ou seja, do conselho, em todas as reuniões,  
154 receber um acompanhamento detalhado do Plano de Providências, para conhecimento do  
155 que, de fato, a instituição conseguiu zerar de pendências.

156  
157 O Sr. Benedito se comprometeu a apresentar, nas próximas reuniões, o Plano de  
158 Providências.

159  
160 A conselheira Eva comentou que, analisando o contexto geral do relatório, pode verificar que  
161 algumas questões foram apontadas como recorrentes em todas as áreas, sendo que sentiu  
162 falta do porque não foi recomendado o uso do sistema para controle de compras e de  
163 estoque.

164  
165 O Sr. Benedito esclareceu que foi implantado recentemente, na sede da entidade, um  
166 Sistema de Compras, sendo que as Unidades Descentralizadas ainda não utilizam o sistema  
167 e o maior problema, com referência aos Serviços de Patrimônio, Almoxarifado e de  
168 Suprimentos, está relacionado às UD's. Com relação ao Sistema de Compras, as unidades  
169 alegam dificuldades em elaborar termos de referência e realizar pregões e, por este motivo,  
170 acabam fracionando os processos de compras.

171 O Sr. Romualdo esclareceu que, com relação ao patrimônio, está sendo iniciado um processo  
172 para realização de leitura com canetas óticas e sistemas de radiofrequência, evitando, assim,  
173 o desaparecimento de equipamentos, como o que ocorreu em Campinas. Com relação ao  
174 almoxarifado, esclareceu existir um Sistema Automatizado de Almoxarifado, o qual está em  
175 fase de implementação na FUNDACENTRO. Informou que a Coordenação de Administração  
176 está em tratativas, junto ao Serviço de Informática, para que os sistemas informatizados  
177 sejam o mais simples possível e, com relação aos Termos de Referência, no site da CGU está  
178 disponibilizado modelos específicos que as áreas podem utilizar, adequando-os à sua  
179 realidade. Informou também que a entidade está em fase de implementação da Instrução  
180 Normativa nº 05, que passou a vigorar a partir de setembro e que, anteriormente, toda a  
181 parte de licitação de serviços e mão de obras era feita com base na Instrução Normativa nº  
182 02. Finalizando, mencionou que alguns servidores estão participando de cursos sobre  
183 mapeamento de riscos e a Instrução Normativa nº 05, para repassarem os conhecimentos à  
184 Sede e Unidades Descentralizadas.

185  
186 A Sra. Presidente, em complementação aos esclarecimentos dados pelo Sr. Romualdo,  
187 informou que na entidade existia uma comissão responsável para analisar os termos de  
188 referência, que se reunia uma ou duas vezes por semana, ficando os trabalhos prejudicados  
189 quando algum dos membros não podia participar da reunião, se tornando um trabalho  
190 moroso e a entidade não conseguia realizar as licitações nos prazos. Informou também ter se  
191 reunido com os membros da comissão, definindo que cada área ficaria responsável pelo seu  
192 termo de referência e, com a alteração, os trâmites estão mais ágeis, pois se têm uma  
193 infinidade de modelos de termos de referência, não sendo necessário aguardar uma  
194 comissão para serem analisados. Finalizando, informou que a administração pretende  
195 implantar alguns sistemas, mas, em razão da entidade estar passando por uma instabilidade  
196 financeira, não é possível prever a realização de tais gastos.

197  
198 A conselheira Eva, se referindo a página 10 do relatório, onde é mencionada uma  
199 constatação de controle administrativo interno deficitário, solicita que a recomendação seja  
200 melhor elaborada e pergunta sobre o que se trata a constatação.

201  
202 O Sr. Benedito esclareceu que as Unidades Descentralizadas não utilizam, em sua  
203 totalidade, os sistemas de controle existentes na Sede e a recomendação visa nortear as  
204 atividades administrativas.

205  
206 A conselheira Eva sugere que, no relatório, a questão seja mais bem esclarecida.

207  
208 O Sr. Benedito esclareceu que no Relatório de Auditoria realizada na unidade, a questão é  
209 mais bem detalhada e, no RAINTE, consta somente um resumo das recomendações.

210  
211 O conselheiro Jairo comentou ter relacionado às mesmas observações feitas pela conselheira  
212 Eva e, se referindo a página 6, onde consta que não houve manifestação do responsável pela  
213 Unidade Descentralizada do Centro Estadual do Espírito Santo sobre as recomendações  
214 expedidas, onde se constatam: ausência de conformidade de registro de gestão; ausência de  
215 levantamento físico dos bens com respectivo relatório; falta de informações no sistema de  
216 controle do desempenho e manutenção dos veículos e a questão de bens inativos e obsoletos,  
217 conclui que os problemas são repetitivos, ficando a sensação de que não existe uma diretriz  
218 e procedimentos que possam ser utilizados por todas as Unidades e pergunta quais os  
219 critérios utilizados para aquisição de materiais.

220  
221 A Sra. Presidente esclareceu que, antes de assumir a Presidência, exerceu o cargo de  
222 Diretora de Administração e Finanças e, na época, estava em discussão a viabilidade ou não

223 de disponibilizar um orçamento para cada unidade, para aquisição de materiais, sendo que  
224 se decidiu por não permitir a disponibilização de recursos, para evitar abusos e desperdícios.  
225 Informou sobre o funcionamento atual dos pedidos de materiais efetuados pelas Unidades  
226 Descentralizadas e que o Sr. Allan, Assessor da Diretoria Executiva, vem realizando um  
227 trabalho junto às UD's, de conscientização e levantamento de suas necessidades e, também,  
228 que são realizadas reuniões mensais por videoconferência, com a participação de todos os  
229 chefes administrativos e técnicos das unidades.

230  
231 O conselheiro Jairo, continuando suas observações, cita a questão de controle de uso dos  
232 veículos.

233  
234 A Sra. Presidente esclareceu que muitos dos problemas apontados no relatório, são  
235 referentes ao exercício de 2016 mas que, felizmente, a administração tem se esforçado para,  
236 se não resolver, pelo menos amenizar, interagindo mais com o responsável pelo Serviço de  
237 Atividades Auxiliares, podendo afirmar que o problema foi solucionado.

238  
239 Em complemento as informações prestadas pela Sra. Presidente, o Sr. Benedito informou  
240 que o controle de veículos é referente às UD's, as quais deixam a desejar, em virtude do  
241 veículo sair sem a requisição, às vezes sendo preenchida quando do retorno e nem sempre  
242 em sua totalidade, faltando informações sobre itinerários e, nem sempre, a quilometragem  
243 percorrida pela veículo, confere com os percursos constantes na requisição.

244  
245 A Sra. Presidente informou que, nas visitas realizadas nas Unidades Descentralizadas,  
246 constatou não existir má fé e, sim, uma falta de habilidade quando da utilização dos  
247 sistemas.

248  
249 O conselheiro Jairo salientou sobre a importância das requisições serem preenchidas  
250 corretamente.

251  
252 A Sra. Presidente esclareceu que no Centro Técnico Nacional, os veículos só saem da  
253 entidade com a devida aprovação da requisição no sistema e o Sr. Allan, Assessor da  
254 Diretoria Executiva, está incumbido de realizar um trabalho junto às Unidades  
255 Descentralizadas de conscientização do uso correto dos sistemas a que têm acesso.

256  
257 O conselheiro Jairo, se referindo a pagina 12 do relatório, onde é constatada falta de  
258 segregação de funções nas atividades referentes à execução orçamentária e financeira, bem  
259 como deficiência na fiscalização de contratos, pergunta se a constatação se enquadra no que  
260 foi esclarecido pelo Sr. Romualdo, com relação a um mesmo servidor realizar várias funções  
261 e, em seu entendimento, não vê problema algum, sendo comum, em uma empresa, que o  
262 mesmo funcionário tenha responsabilidades diversas que não só a sua função específica.

263  
264 O Sr. Romualdo esclareceu que uma das preocupações da entidade com relação a um  
265 mesmo servidor realizar várias funções, é a de que o empenho de uma despesa não seja  
266 efetuado pelo mesmo servidor que realiza o pagamento, por se tratar de um dos princípios  
267 básicos da administração.

268  
269 O conselheiro Scaboli pergunta se, no caso de alguma requisição não constar todo o trajeto  
270 percorrido pelo veículo e a entidade receber uma multa, quem será responsabilizado.

271  
272 A Sra. Presidente esclareceu que, até o momento, não houve nenhum caso de notificação de  
273 multa recebida pela entidade, onde a requisição não estivesse preenchida corretamente.

274 O Sr. Romualdo esclareceu que, no Centro Técnico Nacional, um dos critérios usados para  
275 liberação de um veículo é o preenchimento correto da requisição, no Sistema de Requisição  
276 de Veículos e a aprovação pela chefia do requisitante.  
277

278 O conselheiro Orion ratificou a importância do monitoramento em continuidade ao trabalho  
279 de levantamento realizado pela auditoria e, em sua opinião, a parte mais importante para o  
280 monitoramento, acaba ficando prejudicada, pois pelo relatório do ano passado se constata  
281 que normalmente os problemas se repetem nas unidades e também que, se for realizada  
282 uma nova auditoria, provavelmente os mesmos problemas constarão do relatório.  
283

284 A Sra. Presidente sugeriu que o Sr. Benedito se afine com o Sr. Allan, para que possam, em  
285 conjunto, realizar um acompanhamento das recomendações constantes no relatório, o que  
286 foi acatado por todos os senhores conselheiros e acertado que o Sr. Benedito apresentará,  
287 nas reuniões, um Plano de Providências Permanente com relação aos trabalhos realizados  
288 pela Auditoria Interna.  
289

290 A conselheira Karla, se referindo à falta de servidores citada pelo auditor, comentou que o  
291 Ministério da Saúde passa pelo mesmo problema, apesar de ter um Departamento Nacional  
292 de Auditoria do Sistema Único de Saúde - DENASUS, que possui 5.570 (cinco mil,  
293 quinhentos e setenta) municípios, o que dificulta o trabalho de uma auditoria e, dando como  
294 exemplo o que ocorre no DENASUS, quando se realiza uma auditoria em um determinado  
295 município, é gerado um relatório e traçado um Termo de Ajustamento Sanitário, como se  
296 fosse um plano para que as irregularidades apontadas possam ser corrigidas, justamente  
297 para que, no monitoramento, se constate uma situação diferenciada e, caso a correção não  
298 seja cumprida dentro do prazo, por se tratarem de unidades autônomas, o recurso federal  
299 que é repassado, tem que retornar ao fundo de saúde e pergunta se, no caso da  
300 FUNDACENTRO, se tratam de unidades gestoras e se existe a situação da devolução de  
301 recurso financeiro repassado.  
302

303 A Sra. Presidente esclareceu que as Unidades Descentralizadas não possuem uma conta  
304 própria e não administram recursos, sendo que os pedidos são encaminhados à sede e  
305 repassados recursos mínimos, descentralizando o orçamento e o financeiro para as UD's.  
306

307 A conselheira Karla pergunta se o máximo que pode acontecer com um servidor ao cometer  
308 alguma irregularidade seria a abertura de um Processo Administrativo Disciplinar e, se  
309 constatando o problema, o responsável da unidade é quem responde pela irregularidade,  
310 obtendo resposta afirmativa.  
311

312 O conselheiro Admilson comentou que em todas as providências em que interagiu no  
313 ministério, se estabelecia à área responsável pelo problema, que informasse, dentro do  
314 mesmo exercício, qual a expectativa para solucioná-lo e, quando é elaborado um Plano  
315 Permanente de Providências, demandando à área responsável pela irregularidade, é  
316 estimado um prazo para solução do problema e pergunta se na FUNDACENTRO é conduzido  
317 da mesma forma.  
318

319 O Sr. Benedito esclareceu que, quando da elaboração do relatório, não é fixado um prazo  
320 para correção do problema, somente é informado que o problema foi detectado e necessita  
321 ser corrigido.  
322

323 O conselheiro Admilson sugeriu que todos os passivos, a partir de 2016, fossem inseridos em  
324 um único plano e solicitado às áreas qual o prazo necessário para resolução da pendência.

325 O Sr. Benedito informou que, conforme sugerido pelo conselheiro Admilson, apresentará o  
326 Plano de Providências Permanente na próxima reunião.

327  
328 O conselheiro Jairo, se referindo ao relatório, página 7, onde foi constatada Ausência de  
329 Levantamento Físico dos Bens, comentou que, em 2018, permanecendo no conselho,  
330 provavelmente tomará conhecimento da mesma constatação e pergunta se foi demandada  
331 para o servidor responsável, a elaboração de relatório relativo ao exercício de 2016.

332  
333 O Sr. Ricardo, esclarecendo ao conselheiro Jairo, informou se tratar de um dos problemas  
334 detectados do ano passado para cá, que é o inventário de patrimônio, por ser muito arcaico e  
335 a Sra. Presidente, à época como Diretora de Administração e Finanças, já havia detectado o  
336 problema, passando a ser uma das prioridades da administração para sua resolução.  
337 Informou também estar em fase de finalização um Termo de Referência, com a finalidade de  
338 licitar empresa para realizar levantamento patrimonial eletronicamente, tanto do Centro  
339 Técnico Nacional como das Unidades Descentralizadas.

340  
341 Após todos os esclarecimentos referentes ao RAIN'T 2017, a Sra. Presidente passou para o  
342 próximo item da pauta “Aprovação do Relatório de Gestão – Exercício 2017”, solicitando aos  
343 senhores conselheiros compreensão e desculpas por ter sido enviado por e-mail, na sexta-  
344 feira, final de tarde, o Relatório de Gestão. Esclareceu ter permitido o envio, mesmo sabendo  
345 ser humanamente impossível a leitura do relatório em tão curto tempo, por possuir mais de  
346 cento e cinquenta páginas. Esclareceu também que a semana passada foi bem corrida, pois  
347 participou de reunião da Comissão Tripartite Paritária Permanente - CTPP, no próprio  
348 Ministério e do Fórum Mundial da Água e o servidor que estava mais a frente na elaboração  
349 do relatório, adoeceu e, por esses motivos não foi possível concluir o relatório no tempo  
350 previsto. Informou que dia 29 de março é a data limite para protocolizar o Relatório de  
351 Gestão no Tribunal de Contas da União e está em fase de conclusão, o parecer da Auditoria  
352 Interna referente ao Relatório de Gestão, sendo que a ideia é de que, tão logo o relatório seja  
353 finalizado, de ser encaminhado aos senhores conselheiros, para que se trabalhe  
354 paralelamente até a análise do Tribunal de Contas da União - TCU e, após, se for o caso,  
355 feitas as considerações e alterações necessárias.

356  
357 O conselheiro Admilson, se referindo ao relatório e por não ter tido tempo de realizar a  
358 leitura do mesmo, solicita esclarecimentos quanto ao constante na folha 85, relativo a  
359 obrigações trabalhistas e previdenciárias de curto prazo, onde é citado os valores de: vinte  
360 milhões, oitocentos e noventa e um mil reais e vinte e dois centavos referente a exercícios  
361 anteriores; dezesseis milhões, seiscentos e noventa e cinco mil reais e dezenove centavos  
362 referentes a décimo terceiro salário a pagar e quatro milhões, cento e oitenta e sete mil reais  
363 e setenta e quatro centavos referentes a férias a pagar.

364  
365 A Sra. Presidente solicitou que, enquanto a questão levantada pelo conselheiro Admilson não  
366 seja esclarecida, fosse colocada em votação a Aprovação do Relatório das Atividades da  
367 Auditoria Interna – RAIN'T 2017, o qual foi aprovado com ressalvas pelos senhores  
368 conselheiros e definido que, na próxima reunião, será apresentado um check-list com todas  
369 as providências tomadas com relação as observações feitas pelos senhores conselheiros.

370  
371 O conselheiro Orion, citando a página 151, do Relatório de Gestão, observou existir um erro  
372 de data no primeiro tópico, onde consta “Esta Presidência, conforme descrito em planilha às  
373 fl. 16, foi nomeada a partir do dia 08 de novembro de 2016, sendo que, a partir dessa data,  
374 está ciente de todos os atos relativos ao período de 17/08/2017 a 31/12/2017”, ficando  
375 incongruentes as datas, que poderiam ser corrigidas antes do envio do relatório ao TCU.



376 O Sr. Carlos, esclarecendo ao conselheiro Admilson, informou que os valores são referentes a  
377 contas contábeis alimentadas pelos contratos, sendo que não foram dadas baixas.  
378 Esclareceu que a entidade precisa consultar primeiramente ao setorial do Ministério do  
379 Trabalho para que possa realizar uma baixa contábil, pois não tem como ser feito  
380 diretamente pela FUNDACENTRO.

381  
382 O conselheiro Admilson perguntou se as obrigações já foram cumpridas ou se trata de  
383 questões meramente contábeis.

384  
385 O Sr. Carlos esclareceu se tratar de questões meramente contábeis, pois como são inseridos  
386 contratos no Sistema SIAFI, as contas referentes a férias são inseridas nas contas contábeis  
387 e, também, que os valores são referentes a um período de mais de dez anos. Esclareceu  
388 também que toda vez que o sistema é alimentado com um novo contrato na conta de  
389 contratos, entra como passivo em diversas contas contábeis, sendo que atualmente a  
390 entidade tem várias contas que necessitam ser zeradas, mas depende de orientação contábil  
391 da setorial, que é o Ministério do Trabalho.

392  
393 O conselheiro Admilson pergunta qual seria a solução e se a conta naturalmente tende a  
394 aumentar ou se consegue voltar à normalidade.

395  
396 O Sr. Carlos esclareceu ser possível realizar o acerto contábil, sendo necessária uma  
397 correlação com a contabilidade do Ministério do Trabalho para sanar o problema.

398  
399 A conselheira Eva solicitou que as correspondências referentes ao conselho, sejam  
400 encaminhadas diretamente ao seu e-mail, ao invés do e-mail da secretaria.

401  
402 A Sra. Presidente, retornando ao item “Aprovação do Relatório de Gestão”, informou que  
403 será encaminhado o relatório aos senhores conselheiros, com as correções e com o parecer  
404 da Auditoria Interna.

405  
406 Dando continuidade a pauta, a Sra. Presidente solicitou ao Sr. Robson para informar sobre o  
407 primeiro item de Assuntos Diversos, Anais da XI Semana da Pesquisa da FUNDACENTRO.

408  
409 O Sr. Robson informou constar na pasta dos senhores conselheiros um CD referente aos  
410 Anais da XI Semana de Pesquisa, que trata de uma prática da Diretoria Técnica de, a cada  
411 dois anos, organizar a Semana de Pesquisa da FUNDACENTRO, cujo objetivo é dar  
412 publicidade as pesquisas em andamento e possibilitar uma interação entre servidores da  
413 casa e público externo sobre as pesquisas desenvolvidas. Informou que a última semana foi  
414 realizada em 2016, e a entidade teria que programar uma para 2018, mas em virtude de  
415 recursos orçamentários e uma série de outras limitações, está sendo prevista a realização da  
416 próxima semana para o ano de 2019. Finalizando, convidou aos senhores conselheiros para,  
417 a qualquer tempo, demandar à Diretoria Técnica, por meio da Presidência, qualquer  
418 observação ou sugestão de temas para pesquisa. Esclareceu que nos Anais da Semana de  
419 Pesquisa contêm as principais pesquisas que obtiveram resultados concretos, se tratando de  
420 uma parte do universo de pesquisas, pois nem todas fizeram pauta da semana e que, no  
421 portal da FUNDACENTRO, é possível acessar informações sobre os programas em curso,  
422 apresentados aos senhores conselheiros. Informou que, por demanda da Presidência, a  
423 Diretoria Técnica tem se reunido sistematicamente com a área técnica para discutir o  
424 andamento dos projetos, sua eficácia e até mesmo novos projetos de pesquisa e nesta parte,  
425 em particular, roga aos senhores conselheiros, como membros do conselho, a possibilidade  
426 de sugerir à FUNDACENTRO temas de pesquisa e parcerias, estando em tempo real, à  
427 disposição de todos, como integrantes de nossa sociedade, para pautar com a entidade ações

428 que possam ser desenvolvidas, em conjunto com os senhores conselheiros e com as  
429 instituições do nosso país.

430

431 A conselheira Eva aproveitou para deixar registrado um agradecimento, em nome do  
432 Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho e da Secretaria de Inspeção do Trabalho,  
433 pois sempre que encaminham demandas à FUNDACENTRO obtêm respostas positivas e  
434 resultados no âmbito da CTPP e da própria fiscalização.

435

436 O conselheiro Jairo comentou que, no ano de 2015, foi realizado o VII Congresso Nacional da  
437 Indústria da Construção, sendo que a indústria da construção é uma das que ocorrem mais  
438 acidentes fatais no Brasil e, também, que não foram elaborados os anais do congresso.  
439 Informou que participam do grupo responsável pela elaboração dos anais servidores da  
440 FUNDACENTRO e pergunta da possibilidade de se demandar para que o grupo possa se  
441 reunir com a instituição.

442

443 A Sra. Presidente informou da possibilidade de atendimento à demanda, solicitando ao  
444 conselheiro Jairo para oficializar o pedido à FUNDACENTRO.

445

446 Dando sequência a Assuntos Diversos, o Sr. Robson informou ser comum constar a pauta  
447 para todos os conselheiros, institucionalmente falando, referente ao dia 28 de abril e  
448 aproveitou para se desculpar, por constar na pauta como “Safeday 2018”, pois quando de  
449 sua participação da reunião na CTPP, aprendeu uma lição de não utilizar palavras em inglês  
450 na governança do país. Informou que a data é alusiva em Memória das Vítimas de Acidentes  
451 de Trabalho, sendo que a Organização Internacional do Trabalho – OIT propôs para 2018 o  
452 tema “Geração Segura e Saudável” e, no script da proposta, se uniu a campanha do Dia  
453 Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho e o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, ou  
454 seja, de acelerar ações do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável promovendo ambientes  
455 de trabalho seguros até 2030 e eliminando todas as formas de trabalho infantil até 2025 e,  
456 com base na pauta proposta pela OIT, foi formalizada uma proposta de evento na  
457 FUNDACENTRO, o qual será comemorado no dia 26 de Abril, na parte da tarde, pois várias  
458 instituições também estão organizando eventos alusivos ao dia 28 de Abril. Aproveitou para  
459 convidar a todos os senhores conselheiros a participarem do evento que acontecerá na  
460 entidade, o qual terá em sua programação uma palestra a ser proferida pela tecnologista da  
461 FUNDACENTRO, Sra. Solange Regina Schaffer, sobre o tema “Jovem Aprendiz – Fatores de  
462 Riscos Ocupacionais e Acidentes do Trabalho”; uma apresentação a ser feita pela Sra. Sonia  
463 Maria José Bombardi, Coordenadora de Educação, sobre as “Ações da FUNDACENTRO: da  
464 educação a prevenção” e, por fim, uma palestra a ser proferida pelo Procurador Ronaldo  
465 Lira, do Ministério Público do Trabalho, sobre o tema “Atuação do Ministério Público do  
466 Trabalho no combate ao trabalho infantil”. Finalizando, informou que consta como proposta  
467 da Sra. Presidente, a entrega, durante o evento, do Informe de Gestão relativo a 2017.  
468 Aproveitou para solicitar aos senhores conselheiros que auxiliem na veiculação e  
469 publicidade, em fóruns que têm representação, do Informe de Gestão da FUNDACENTRO e  
470 relata que, não só como Diretor Técnico, mas também como servidor, o quão é difícil o  
471 enfrentamento de questões como a escassez de recursos humanos e redução do orçamento  
472 pelas quais a entidade tem passado e que não foram suficientes para impedir as ações que a  
473 FUNDACENTRO vem realizando, sendo que foram executadas mais ações das constantes no  
474 Informe de Gestão.

475

476 A Sra. Presidente informou que ainda durante o mês de abril, está sendo verificada uma  
477 data para realização de uma Sessão Solene no Congresso Nacional, oportunidade em que  
478 será apresentada a missão institucional da FUNDACENTRO e prestada uma homenagem ao  
479 Dia Mundial de Segurança e da Saúde no Trabalho.

480 O conselheiro Scaboli se referindo ao dia 28 de abril, informou que foi realizado um  
481 planejamento na Força Sindical, resultando no entendimento de que não existem motivos  
482 para comemorar o Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidentes do Trabalho e serão  
483 descentralizadas várias atividades com manifestos, onde trabalharão também com o Abril  
484 Verde. Esclareceu que o Fórum Nacional das Centrais Sindicais em Saúde do Trabalhador e  
485 da Trabalhadora realizará no dia 26 de abril, um debate sobre saúde e segurança.

486  
487 O Sr. Robson informou que reservará a data para que possibilite a participação da  
488 FUNDACENTRO no evento.

489  
490 O conselheiro Itamar lembrou que a data de 28 de abril é em Memória às Vítimas de  
491 Acidentes do Trabalho, para que sejam lembradas e, também, para se manifestar, sendo que  
492 em anos anteriores foram realizadas mobilizações nas portas das fábricas e das unidades,  
493 para lembrar aos trabalhadores da importância da data. Aproveitou para informar de uma  
494 programação do Ministério do Trabalho, que trata da Campanha Nacional de Prevenção de  
495 Acidentes do Trabalho – CANPAT 2018, sendo que terão algumas agendas que acontecerão  
496 em Brasília, no âmbito da CTPP, na mesma data e que os dirigentes terão que se desdobrar  
497 para participar da maioria dos eventos.

498  
499 A conselheira Eva informou que programado um evento em Brasília, no dia 26 de abril,  
500 sendo que todos os eventos só vêm a somar e chamar a atenção para a questão. Esclareceu  
501 que o evento que ocorrerá em Brasília é o lançamento da Campanha Nacional de Prevenção  
502 de Acidentes de Trabalho, que se estende até novembro, com o objetivo de que seja lembrado  
503 o dia 28 de abril como o Dia Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho e Dia Nacional em  
504 Memórias às Vítimas de Acidentes do Trabalho.

505  
506 O conselheiro Scaboli, se referindo à Semana da Pesquisa, relatou sua preocupação com o  
507 câncer ocupacional e pergunta se a FUNDACENTRO já possui algum trabalho referente ao  
508 tema.

509  
510 O Sr. Robson esclareceu ter sido proposto, para o ano de 2018, um projeto demandado pelo  
511 Ministério da Saúde, o CAREX, que trata do estudo da questão da informação do câncer  
512 vinculado à exposição ocupacional, ou seja, a relação do câncer global com o câncer  
513 ocupacional. Esclareceu também que, na prática, todos os projetos e estudos da  
514 FUNDACENTRO tem um destaque das doenças, sendo que algumas delas têm relação com o  
515 câncer ocupacional, como elemento de identificação do dano e da nocividade à saúde.

516  
517 A conselheira Karla, em complementação às informações prestadas pelo Sr. Robson, relatou  
518 sobre os três agentes cancerígenos que constam em um primeiro momento de avaliação e  
519 que possibilitarão analisar de quais culturas são utilizados e a questão de exposição  
520 ocupacional, sendo que, concomitante à avaliação, o Ministério da Saúde está com projeto  
521 junto ao Hospital de Amor, anteriormente conhecido como Hospital de Câncer de Barretos,  
522 que trata justamente de agricultura familiar e desenvolvimento do câncer, se tratando de  
523 uma coorte que terá um seguimento de cinco e dez anos, acompanhando as modificações  
524 moleculares e genéticas, as quais, em um futuro próximo, poderão diagnosticar a relação  
525 causal entre o agrotóxico e o câncer.

526  
527 O conselheiro Scaboli informou da necessidade de trabalhar a matéria prima, a indústria e o  
528 veneno no campo, pois o produto que chega à mesa da população brasileira contém excesso  
529 de veneno.  
530

531 A Sra. Presidente comentou sobre o privilégio em palestrar no Fórum Nacional da Água,  
532 sobre o tema Impacto da Água na Vida da Mulher, sendo que, durante a palestra, se  
533 levantou sobre a questão de Equipamentos de Proteção Individual para mulheres,  
534 adiantando que o tema constará da pauta de uma nova conversa com o Sr. Robson, para  
535 que se possa pensar nas companheiras que ocupam funções que, em um passado recente,  
536 eram ocupadas só por homens e a entidade possa, em suas próximas pesquisas, olhar com  
537 um olhar diferenciado à essas mulheres. Durante a palestra, a Sra. Presidente citou um  
538 exemplo de uma mulher na indústria, a qual utiliza, muitas vezes, capacetes bem maiores  
539 do que a sua cabeça.

540  
541 O Sr. Robson, comungando com a percepção da Sra. Presidente durante sua fala no fórum,  
542 informou sobre um trabalho de doutorado realizado por servidor na entidade, o qual  
543 evidenciou o caso de alguns Equipamentos de Proteção Individual - EPI's utilizados em  
544 atividades rurais para evitar picadas de cobras que, em sua maioria não passaram nos  
545 ensaios e sobre a questão antropométrica, levantada pela Sra. Presidente, se trata de uma  
546 realidade, pois muitas vezes os EPI's não têm um padrão antropométrico para diferenciar o  
547 homem e a mulher e, em determinadas questões, o EPI acaba facilitando ou terceirizando  
548 outros riscos. Finalizando, informou que a entidade desenvolverá uma pesquisa sobre o  
549 tema.

550  
551 O conselheiro Scaboli sempre defendeu o uso de Equipamentos de Proteção Coletiva e que,  
552 com os avanços tecnológicos, como a nanotecnologia, os Equipamentos de Proteção  
553 Individual não resolverão mais os problemas.

554  
555 A conselheira Eva salientou que sempre foram valorizados os equipamentos de proteção  
556 coletiva, as medidas de organização do trabalho e toda a hierarquia que consta da Norma  
557 Regulamentadora nº 9 e outras Normas Regulamentadoras e aproveitou para colocar à  
558 disposição, a Coordenação Geral de Normatização que, dentro do Ministério do Trabalho,  
559 providencia a emissão de certificados de aprovação de EPI's. Finalizando, informou que o  
560 Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho tem buscado um alcance das  
561 características antropométricas em relação aos EPI's, não só em relação às mulheres, mas  
562 também a pessoas com deficiência, por se tratar de problemas recorrentes e coloca à  
563 disposição a equipe da CGNOR, para realização de um trabalho conjunto.

564  
565 A Sra. Presidente parabenizou a conselheira Eva pela direção da Comissão Tripartite  
566 Paritária Permanente e pela forma pela qual conduz os trabalhos.

567  
568 O conselheiro Itamar comentou que, nas administrações anteriores, as reuniões eram  
569 divulgadas e transmitidas por videoconferência às Unidades Descentralizadas e que, em sua  
570 visão, eram muito mais produtivas e, com relação às recentes reuniões, pergunta se é uma  
571 posição da nova direção ou a administração disponibilizará um link para possibilitar que as  
572 Unidades Descentralizadas e o Centro Técnico Nacional possam assistir à reunião. Passando  
573 a outro assunto, o conselheiro Itamar relatou sobre uma reivindicação antiga, relacionada ao  
574 estatuto da entidade e pergunta sobre o seu andamento ou se o assunto pode ser pautado  
575 para a próxima reunião, em razão de sentir falta de um representante dos trabalhadores na  
576 composição do conselho, sendo que já constava da proposta de estatuto aprovada, à  
577 inclusão de representação dos servidores em sua composição. Por fim, relatou sua  
578 preocupação com relação à questão orçamentária da FUNDACENTRO e, acontecendo a  
579 manifestação das centrais sindicais pela valorização da FUNDACENTRO, realização de  
580 concurso público para reposição de servidores que estão se aposentando e um orçamento  
581 maior para manter a estrutura da entidade minimamente funcionando e servindo ao país, se

582 tratará de um ponto positivo, pois a entidade é uma das poucas fundações que realmente  
583 cuida da questão de saúde e segurança do trabalhador.  
584

585 A Sra. Presidente salientou que as sugestões do conselheiro Itamar são sempre muito bem  
586 vindas e acatadas e que, a partir da próxima reunião, às Unidades Descentralizadas terão  
587 acesso por videoconferência. Aproveitando a presença da Assessora de Comunicação Social,  
588 solicitou uma maior divulgação da agenda das reuniões do Conselho e com certa  
589 antecedência. Com relação ao estatuto, a Sra. Presidente informou que entrará na pauta da  
590 próxima reunião. Quanto ao concurso público, a Sra. Presidente informou que protocolizou,  
591 na semana passada, novo pedido no Ministério do Trabalho para realização de concurso  
592 para preenchimento de vagas das Carreiras de Desenvolvimento Tecnológico e da Gestão,  
593 Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia, bem como da Carreira de Pesquisa  
594 em Ciência e Tecnologia, o qual está encaminhado para o próximo ano, em virtude de que  
595 2018 se trata de um ano eleitoral. Finalizando, sobre a questão do orçamento, a Sra.  
596 Presidente aproveitou para utilizar uma fala que fez durante o Fórum Nacional da Água: “A  
597 mulher é mais sensível e mais sensibilizadora” e informar que solicitou ao Ministro do  
598 Trabalho, nove milhões de reais, sendo concedido onze milhões de reais para a  
599 FUNDACENTRO, sendo que estavam aguardando a oficialização, para comunicarem ao  
600 conselho.

601  
602 O conselheiro Jairo, se referindo à fala do conselheiro Itamar, reforçou sobre uma  
603 observação que havia feito com relação a uma das unidades, a qual está ocupando um  
604 espaço grande e, para a próxima locação do imóvel, sugere pensar na questão e se não está  
605 faltando servidores, por motivos de aposentadoria, para possibilitar que a entidade atenda a  
606 sua finalidade.

607  
608 A Sra. Presidente informou que a Coordenação de Recursos Humanos está realizando um  
609 estudo sobre a questão, com bastante critério e cuidado.

610  
611 O Sr. Robson, esclarecendo a uma questão levantada pelo conselheiro Itamar, informou que  
612 uma das questões que permeia a participação dos servidores das decisões e dos problemas,  
613 já é prática da gestão, pois os servidores são chamados para participarem de todas as  
614 reuniões das áreas técnica e administrativa e nas reuniões do conselho, sendo que nas  
615 últimas reuniões sempre teve a participação de um representante da Comissão de  
616 Representação de Servidores, não sabendo informar o motivo pelo qual na reunião não  
617 houve a participação de nenhum representante da Comissão. Finalizando, informou  
618 entender a fala do conselheiro, para que, independentemente de gestões, exista a garantia da  
619 participação de um representante dos servidores como membro do conselho.

620  
621 Nada mais havendo a ser tratado, a Sra. Presidente encerrou a reunião, ficando agendada a  
622 próxima para o dia 24 de maio, às 10 horas.